

Termo de Referência 14/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2023	200356-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ	ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA	23/10/2023 13:40 (v 13.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		08455.001415/2023-69

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços , de monitoramento e rastreamento veicular, geolocalização, transmissão de dados GPS, GSM /GRPS, acesso via internet 24 horas pelo usuário com central de monitoramento, armazenamento de dados, cobertura nacional, incluindo o fornecimento de equipamentos, treinamento de pessoal e serviços nas viaturas a serem designadas, por demanda, conforme necessidade da Superintendência de Polícia Federal no Rio de Janeiro - SR/PF/RJ. Os equipamentos móveis utilizados na prestação do serviço deverão ser disponibilizados mediante comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 1	1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	25410	UN	412	R\$ 161,29	R\$ 66.449,71
	2	SERVIÇO MENSAL DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO	25410	UN	412	R\$ 77,13	R\$ 381.337,78
TOTAL							R\$ 447.787,49

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades finalística da Administração, integridade do patrimônio público, bem como o cumprimento da missão institucional, e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

1.4. A Empresa CONTRATADA será totalmente responsável pela implantação da solução em questão e deverá garantir seu perfeito funcionamento, durante toda a vigência do contrato.

1.5. O acesso à solução será feito mediante o uso de nome de usuário e senha de acesso, via interface Web.

1.6. Do glossário e termos utilizados:

1.7. Geolocalização: Localização geográfica de um objeto.

- 1.8. Comodato: Empréstimo gratuito de bem não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes.
- 1.9. GPS: É a sigla de “Global Positioning System” que significa sistema de posicionamento global. GPS é um sistema de navegação por satélite com um aparelho móvel que envia informações sobre a posição de algo em qualquer horário e em qualquer condição climática.
- 1.10. GSM: É a sigla de Global System for Mobile Communications, ou Sistema Global para Comunicações Móveis, e é uma tecnologia utilizada em celulares e outros aparelhos móveis, além de ser a tecnologia mais popular no mundo.
- 1.11. Usuário (ponto): São agentes externos ao sistema que usufruem da tecnologia para realizar determinado trabalho.
- 1.12. Firmwares: É o conjunto de instruções operacionais programadas diretamente no hardware de um equipamento eletrônico.
- 1.13. Chips Habilitados: É um dispositivo microeletrônico que consiste de transístores e outros componentes interligados capazes de desempenhar funções específicas. Suas dimensões são extremamente reduzidas, os componentes são formados em pastilhas de material semicondutor. Estes deverão estar habilitados por uma companhia telefônica, pronto para uso de acordo com as regras da ANATEL.
- 1.14. Módulos Embarcados (AVL): É a sigla de "Automatic Vehicle Location" que significa localização automática de veículo. Vem a ser o módulo físico a ser instalado em cada veículo, que deve incluir todos os dispositivos necessários para a localização e envio dos dados a Central.
- 1.15. Painel de Controle na Web : É uma interface de usuário provida pela empresa hospedeira para a manutenção e monitoramento de um website hospedado.
- 1.16. Central: Ponto de onde se controla toda a movimentação dos veículos em tempo real.
- 1.17. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 1.18. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.18.1. A Empresa CONTRATADA será totalmente responsável pela implantação da solução em questão e deverá garantir seu perfeito funcionamento, durante toda a vigência do contrato.

Justificativa: o prazo estipulado de duração do contrato no máximo de 10 (dez) anos, com base nos art. 106 e 107 da 14.133/2021, foi em decorrência da maior vantajosidade para a administração, acarretando maior economia de escala ao longo do tempo, além do fato de se tratar de serviço continuado e ininterrupto

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [...]

II) Data de publicação no PNCP: [...]

III) Id do item no PCA: [...]

IV) Classe/Grupo: [...]

V) Identificador da Futura Contratação: [...]

~~OU~~

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.~~

Justificativa: A demanda encontra-se registrada no PGC 2023, aguardando análise para inclusão extemporânea no PCA 2024.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.1. Deverão ser adotadas pela CONTRATADA as normas federais e estaduais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações da SR/PF/RJ.

4.1.2. Nos termos do art. 5º, inc. III da Instrução Normativa nº 01 de 19/1/2010 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão os objetos desta licitação deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.3. A CONTRATADA deve realizar a adequada destinação das peças e componentes substituídos. Os resíduos recicláveis (metais, plásticos, papel de embalagens, dentre outros) devem ser dispostos nas lixeiras de coleta seletiva para posterior encaminhamento às Cooperativas de catadores ou aos centros de triagem, conforme a Lei nº 12.305/2010.

4.1.4. Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

4.1.5. Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto.

4.1.6. Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.1.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.8. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

4.1.9. A CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso atestando que atende a todos os critérios de sustentabilidade descritos neste termo de referência.

~~Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. (...)~~

Justificativa: Esta administração entende não necessária a indicação de marca para o objeto desta contratação, bastando o(s) equipamento(s) oferecido(s) pela(s) licitante(s) atender(em), objetivamente, aos padrões de qualidade indicados neste instrumento.

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos /marcas:~~

~~4.3.1. ...~~

~~4.3.2. ...~~

~~4.3.3. ...~~

Justificativa: Esta administração entende não necessária a vedação à(s) marca(s) para o objeto desta contratação.

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Justificativa: Esta administração entende não necessária a apresentação de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~OU~~

~~4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~4.6.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)~~

~~4.6.2. A subcontratação fica limitada a ... {parcela permitida/percentual}~~

~~4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

Justificativa: É vedada subcontratação, devido à sensibilidade do objeto desta contratação.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

~~OU~~

~~4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.~~

~~4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.11. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~

~~4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

Vistoria

~~4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.~~

OU

4.14. Os Documentos para a Habilitação técnica serão exigidos da seguinte forma:

4.15. Para comprovação de que a empresa LICITANTE possui capacitação técnica e experiência na execução de serviços correlatos aos do objeto deste Termo de Referência, a empresa deverá, juntamente com a documentação de habilitação necessária, comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da LICITANTE, em documento timbrado, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada, que comprove ter a empresa LICITANTE executado ou que esteja executando serviços de características técnicas semelhantes ao objeto desta contratação nos termos da Lei.

4.16. O atestado de capacidade técnica, acima mencionado, deverá possuir os elementos necessários que constam a seguir:

4.17. Razão social ou CNPJ do emitente;

4.18. Nome ou razão social, CNPJ e endereço completo da empresa que prestou o serviço;

4.19. Pronunciamento quanto à qualidade dos serviços concluídos e em relação ao cumprimento das demais obrigações assumidas;

4.20. Local e data de emissão do atestado de capacidade técnica;

4.21. Assinatura e identificação do emitente (nome legível, cargo ou função).

4.22. A LICITANTE deverá apresentar encartes, folder e qualquer outro documento necessário para a comprovação, de forma detalhada, dos equipamentos e soluções ofertadas em sua proposta para que a SR/PF/RJ tenha condições de avaliar a solução proposta.

4.23. Após a realização do Pregão Eletrônico será convocada a empresa classificada em 1º lugar para iniciar a Teste de aceitação do Serviço, cuja execução está descrita no ANEXO I deste Termo de Referência. Ao findar dos testes será emitido Termo de aceitação do Serviço, informando que as condições de perfeito funcionamento da solução ofertada atendem ao previsto neste Termo de Referência, que fará parte dos documentos de Habilitação.

4.24. Somente após a finalização dos testes, com sucesso, e entregue a Declaração descrita no ANEXO III, será realizada a adjudicação do vencedor da licitação.

4.25. Caso os testes realizados pela empresa classificada em 1º lugar não sejam aprovados nos parâmetros exigidos neste Termo de Referência, será realizada a convocação, na sequência de classificação do Pregão Eletrônico, até que a realização dos testes das soluções ofertadas atenda às exigências deste termo.

4.26. A LICITANTE deverá apresentar Termo de Vistoria, não obrigatória, emitido pela licitante, a ser realizada antes da data de realização do Pregão por todas as interessadas, conforme modelo do ANEXO II deste documento, assinado conjuntamente com o Representante do Núcleo de Transportes da SR/PF/RJ, por meio de seu responsável, que realizou vistoria técnica às instalações, e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, em conformidade com este edital e seus anexos. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, não se admitirá, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento das condições para o cumprimento do objeto. Informamos ainda que o representante da empresa deverá comparecer com procuração reconhecida em cartório.

4.27. As vistorias deverão ser agendadas previamente através do telefone 21-2203-4432 ou 21-2203- 4436, ou e-mail "nsg.selog.srrj@dpf.gov.br", ocorrendo das 9:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00, a partir do dia útil seguinte a publicação do edital, com término em 2 (dois) dias úteis anteriores a data agendada para a etapa de lances no Sistema Comprasnet.

Justificativa: O texto padrão da AGU, o qual estava em vermelho, foi adaptado a fim de adaptar à realidade desta administração.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. Início da execução do objeto: até 30 dias [da assinatura do contrato] ~~OU [da emissão da ordem de serviço];~~

5.1.2. A SR/PF/RJ realizará os testes de aceitação dos serviços e inspeções da qualidade dos materiais utilizados, nas condições descritas no ANEXO I, o qual gerará Termo de Aceitação do Serviço, que será o documento que permitirá a habilitação da LICITANTE para a execução do objeto deste Termo de Referência.

5.1.3. Permitir visita técnica à Central de Monitoramento da empresa LICITANTE.

5.1.4. A entrega e o recebimento do objeto ocorrerão conforme descrito nas Atividades abaixo elencadas:

DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO	EXECUTANTE	PRAZO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO (DIAS CORRIDOS)
Apresentação do modelo conceitual, hardware, software e processo de gestão aos Operadores das Centrais.	CONTRATADA	De 3 (três) a 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.
Cadastramento e entrada de dados no Sistema.	CONTRATADA	Até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.
Instalação dos módulos embarcados.	CONTRATADA	Até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
Treinamento completo dos coordenadores, operadores das Centrais.	CONTRATADA	Até 15 (quinze) dias após o recebimento do serviço e instalação dos equipamentos de rastreamento.
Preparação interna para início de funcionamento do Sistema.	CONTRATADA	Até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato.
Entrega de todos os Termos de Confidencialidade devidamente assinados, por todos os funcionários da Contratada que tenham acesso aos dados da Contratante	CONTRATADA	Até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato.
Prazo limite para o início do funcionamento de todo o sistema.	CONTRATADA	Até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Locais de instalação dos equipamentos e respectivas estimativas seguem a tabela abaixo:

Nº	Local	Endereço	Estimativa de Equipamentos
1	Superintendência Regional do Rio de Janeiro - SEDE	Endereço: Avenida Rodrigues Alves, nº 01 – Centro – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20820-250 - Telefones: (21) 2203-4410 / 2203-4418	276
		Endereço: Benedito Pereira da Rocha, 463 -A – Centro – Angra dos Reis-RJ	

2	Delegacia de Angra dos Reis	CEP: 23906-250 - Telefones: (24) 3364-8100 / Plantão - (24) 3364-8129	14
3	Delegacia de Campos dos Goytacazes	Endereço: Rua Barão de Miracema 158 - Centro / CEP 28035-300 - Fone: (22) 2726-8700 / 2726-8701	8
4	Delegacia de Macaé	Endereço: Avenida Camilo Nogueira da Gama, 230 - Botafogo / CEP 27947- 280 - Fone: (22) 2796- 8300 (PABX) / (22) 2796-8330 (Plantão) / (22) 2796- 8317 (NUMIG)	15
5	Delegacia de Niterói	Endereço: Praça Fonseca Ramos s/nº - Centro / CEP: 24.030-020 - Fone: (21) 2613-8800 / (21) 2613-8801 (PABX)	15
6	Delegacia de Nova Iguaçu	Endereço: Rua. Iracema Soares Pereira Junqueira, nº 25-Centro de Nova Iguaçu - CEP 26210-260 - Fone: (21) 3759-8000 / (21) 3759-8004	15
7	Delegacia de Volta Redonda	Endereço: Av. Sete de Setembro, 94/aterrado CEP: 27213-160 - Fone: (24) 3346-1920 / (24) 3347-1296	18
8	NEPOM/RJ – Praça XV e /ou Porto do Rio de Janeiro	Endereço: DEPOM - Praça Marechal Âncora s/nº - Praça XV - CEP: 20081-250 - Fone: (21) 2240-1060 Endereço: Porto do Rio de Janeiro - Avenida Rodrigues Alves, nº 10 – Centro – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20081-250	25
9	DEAIN - AIN - Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim	Endereço: Praça Senador Salgado Filho s/nº Centro – Rio de Janeiro – RJ - Fone: (21) 3398-2227 - Terminais 1 e 2 – Setor de Embarque e Desembarque Internacional	13
10	DELEMIG - SDU - Posto no Aeroporto Santos Dumont	Endereço: Praça Sen. Salgado Filho, Centro - Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 3814-7432 / (21) 3814-7431	13
TOTAIS			412

- 5.3. Do quantitativo acima apresentado, aproximadamente 12 (doze) veículos são embarcações e, portanto, os equipamentos a serem instalados nestes veículos devem possuir resistência a água, assim como demais proteções pertinentes para o seu correto funcionamento e operação.
- 5.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, a partir da implementação, pela CONTRATADA, do evento constante na tabela acima " Prazo limite para o início do funcionamento de todo o sistema".
- 5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 5.6. Será condição para a emissão do recebimento provisório que a CONTRATADA entregue todos os Termos de Confidencialidades-TCMS devidamente assinados, por todos os funcionários da CONTRATADA que possam vir a ter acesso aos dados da CONTRATANTE.
- 5.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.10. os horários de prestação de serviços, em se tratando de serviços contínuos e ininterruptos, são 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 5.11. O serviço se dará sob demanda e que o valor da contratação é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviço efetivamente prestados.

Justificativa: os horários de prestação de serviços, em se tratando de serviços contínuos e ininterruptos, são 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. Isso, em relação ao serviço de monitoramento. Quanto ao serviço de instalação dos equipamentos, estes serão agendados oportunamente após a fase competitiva com o vencedor da licitação. Entretanto, impende esclarecer que só se chegará ao momento de instalação dos equipamentos nos veículos e embarcações se a empresa vencedora passar em todos os testes de qualidade.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. *A execução contratual observará as rotinas [abaixo] ~~em anexo~~*

- 5.4.1. O escopo do fornecimento contempla o Sistema, os Equipamentos Móveis, os chips devidamente habilitados em ao menos uma operadora de telefonia, as Licenças e os Serviços relacionados à implantação e manutenção de dispositivos, softwares, aplicativos e embarcados, bem como todos os componentes e requisitos necessários ao perfeito funcionamento da solução e aplicativos de localização e monitoramento remoto, por celular, com sistema Android, IOS e outros e via computador, de viaturas da SR/PF/RJ, mediante devida autorização.
- 5.4.2. A CONTRATADA deverá prestar o serviço objeto desta contratação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias no ano, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.
- 5.4.3. Quaisquer interrupções não programadas, excetuando-se os casos de interrupções nas redes das operadoras de telefonia celular, nos sistemas internos da SR/PF/RJ que interfiram no funcionamento do sistema fornecido pela CONTRATADA (Ex.: rede interna, servidores, etc.) e casos fortuitos e de força maior, sujeitarão a CONTRATADA às aplicações das sanções administrativas previstas neste documento.
- 5.4.4. O Sistema de Rastreamento deverá permitir o gerenciamento da segurança e controle logístico, relacionados à utilização das viaturas, bem como permitir a localização e acompanhamento das viaturas pelos usuários e subclientes em seus dispositivos móveis ou desktop, via Internet em Website seguro (https), através de senha e login específicos.
- 5.4.5. O monitoramento deve abranger todo o território nacional;

- 5.4.6. Deve existir de registro (log) dos acessos de todos os usuários a quaisquer dados das viaturas monitoradas da CONTRATANTE, a fim de viabilizar realização de auditoria referente aos acessos que foram efetivamente realizados em dado período de tempo;
- 5.4.7. O WebSite deve possuir funcionalidade específica que permita à CONTRATANTE, a qualquer momento, verificar todos os acessos realizados aos dados, contendo informações que incluam usuário, dado acessado e horário de acesso;
- 5.4.8. Garantir a estrutura de tráfego e armazenamento de dados de forma criptografada.
- 5.4.9. Os serviços contratados deverão ser executados de forma a permitir o controle gerencial da frota via Web, conforme os seguintes requisitos mínimos:
- 5.4.10. Web site seguro (https), exclusivamente pela porta 80;
- 5.4.11. Acesso via login e senha específicos;
- 5.4.12. Permitir acessibilidade e monitoramento através de conta “subcliente” com login e senha específicos para um único veículo selecionado, ou subconjunto de veículos.
- 5.4.13. Acesso por meio dos principais navegadores, por exemplo: Mozilla Firefox, Google Chrome e Internet Explorer;
- 5.4.14. Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa visualizado no website;
- 5.4.15. Total de módulos rastreadores ativos e inativos, registrando o histórico em que permaneceram inativos;
- 5.4.16. Considera-se que o módulo está inativo quando o mesmo foi desligado, ou desconectado do veículo no qual foi instalado, não podendo mais enviar sua localização;
- 5.4.17. Ícone do veículo onde rastreador se encontra;
- 5.4.18. Identificações dos veículos com ícones específicos para facilitar a visualização no mapa: caminhão carroceria, caminhonete, carro, van e embarcações.
- 5.4.19. Descrição do veículo;
- 5.4.20. Latitude/longitude;
- 5.4.21. Hodômetro;
- 5.4.22. Velocidade;
- 5.4.23. Data e hora da última atualização;
- 5.4.24. Placa ou outra forma de identificação única;
- 5.4.25. Direcionamento para visualização com imagem / satélite / mapa / híbrido;
- 5.4.26. Cerca eletrônica (áreas de onde o veículo não pode sair ou onde não pode entrar);
- 5.4.27. Delimitar certa área na qual o veículo pode transitar;
- 5.4.28. Alerta pela central de rastreamento quando o motorista ultrapassar tal limite;
- 5.4.29. Criar cerca diretamente no mapa pela escolha por região, caminho e roteiro predeterminado;
- 5.4.29. Identificar área desejada no mapa, marcando um ponto a cada clique, podendo ser alterada posteriormente caso seja necessário;
- 5.4.29. Pontos de Referência ou Interesse;
- 5.4.29. Marcha Lenta (tempo em que o veículo ficou ligado com velocidade zero);
- 5.4.29. Veículo desligado (tempo em que o veículo permaneceu com a ignição completamente desligada);
- 5.4.30. Início e final do turno de trabalho;

- 5.4.31. Tempo parado no turno de trabalho;
- 5.4.32. Distância percorrida no turno de trabalho;
- 5.4.33. Intervalo mínimo de envio de posições por veículo a cada 60 (sessenta) segundos;
- 5.4.34. Armazenamento dos dados por 2 (dois) anos, no mínimo;
- 5.4.35. Os dados deverão estar disponíveis para todos os veículos, devendo poder ser acessados diretamente via web, sem a necessidade de qualquer solicitação para a empresa;
- 5.4.36. Após esse prazo a empresa deve enviar a CONTRATANTE todos os dados em mídia digital para arquivamento próprio;
- 5.4.37. Permitir configuração de eventos restritivos e/ou permissivos por viatura;
- 5.4.38. Permitir relatórios gerenciais com histórico de trajetos por períodos e por veículo;
- 5.4.39. Permitir acesso ao rastreamento por dispositivos móveis;
- 5.4.40. O aplicativo de controle de mensagens (software que fará o controle da comunicação), instalado nos equipamentos embarcados de comunicação veicular, deverá gerenciar o envio da seguinte forma:
 - 5.4.40. Situação 1: Envio da mensagem via GPRS, quando o sinal da rede estiver disponível;
 - 5.4.40. Situação 2: Caso não haja sinal GPRS, o sistema deve armazenar os dados de posicionamento, por pelo menos 5 (cinco) dias, e enviá-los à Central assim que o sinal GPRS for reestabelecido.
 - 5.4.40. A solução deverá abranger antenas para comunicação via celular GPRS e para sistema de posicionamento GPS.
 - 5.4.40. A solução deverá abranger o fornecimento, instalação, configuração, integração e manutenção dos equipamentos e sistemas, incluso o fornecimento dos chips da operadora já ativados e prontos para uso, sem encargos adicionais, para a CONTRATANTE, por este serviço.
 - 5.4.40. A solução da CONTRATADA deverá permitir a cobertura via rede de telefonia celular GSM, com pelo menos duas opções de operadoras de telefonia celular com atuação em todo o território nacional, em virtude de furtos nos quais os veículos podem ser levados para outros estados, bem como a possibilidade de viagens interestaduais pelas viaturas.
 - 5.4.40. Itens a serem disponibilizados pela CONTRATADA, não se restringindo, mas devendo incluir, no mínimo:
 - 5.4.41. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas no objeto desta contratação, promovendo sua substituição quando necessário;
 - 5.4.42. Módulos AVL/GPS instalados em cada veículo, preferencialmente em espaço oculto interno, que devem ser novos, de primeiro uso e em sua versão de fabricação mais recente;
 - 5.4.43. Os módulos deverão ser instalados de forma a detectar ocorrências caso tentem ser removidos, enviando alertas a Central nestes cenários. Nestes casos, a CONTRATADA deverá sempre alertar a CONTRATANTE sobre tais ocorrências, assim que detectadas;
 - 5.4.44. Softwares:
 - 5.4.44.1. Em hipótese alguma serão aceitas propostas caracterizando sistemas em desenvolvimento, ou a serem desenvolvidos. Somente serão aceitas propostas de sistemas que atendam ao escopo desta especificação, que estejam consolidados e implantados no mercado.
 - 5.4.44.2. O sistema deve suportar a operação de pelo menos 10 (dez) usuários ou pontos e de pelo menos 50 (cinquenta) subclientes, que poderão ser incluídos ou excluídos pelos usuários atribuindo-lhes login e senha.
 - 5.4.44.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, por telefone, internet, mensagens SMS, Whatsapp e outros dispositivos, de maneira que interrupções e perda de sinais sejam acionadas e solucionadas nos prazos previstos neste documento.

~~Materiais a serem disponibilizados~~

~~5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:~~

~~5.5.1. {.....};~~

~~5.5.2. {.....};~~

~~5.5.3. {.....};~~

Justificativa: O quantitativo de materiais encontra-se na cláusula 5.2.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. Do treinamento:

5.6.1. A CONTRATADA terá o prazo de 15 dias a contar da data de instalação e recebimento dos equipamentos, para iniciar o treinamento da equipe da SR/PF/RJ, que incluirão: usuários, coordenadores, motoristas e operadores da solução, a contar da solicitação por escrito.

5.6.2. A CONTRATADA deverá apresentar o prazo previsto, período e o conteúdo do treinamento a ser realizado, que deverão ser aprovados pela CONTRATANTE.

5.6.3. Caso a CONTRATANTE identifique deficiências no treinamento, seja antes, durante ou após sua realização, poderá ser solicitada a devida complementação, devendo a CONTRATADA prover treinamento adicional para sanar tais deficiências sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.6.4. Neste caso, a data, a localidade e o conjunto desse curso serão determinados pela CONTRATANTE, em conjunto com a CONTRATADA.

5.6.5. Na cotação, a proponente deverá incluir todos os materiais didáticos e equipamentos necessários à realização do curso, ficando a cargo da CONTRATANTE apenas as dependências onde o treinamento será ministrado.

5.6.6. O treinamento terá a duração de 03 (três) dias e deverá ser ministrado na língua portuguesa (Brasil), bem como todos os manuais utilizados que serão disponibilizados aos participantes ao final de forma individualizada.

5.6.7. O treinamento será realizado nas instalações da SR/PF/RJ.

5.6.8. O programa de treinamento teórico e prático para equipes de manutenção do sistema, ocorrerá conforme descrito abaixo:

5.6.9. Quantidade de Instruendos: usuários, coordenadores, motoristas e operadores da solução, conforme necessidade;

5.6.10. Quantidade de Instrutores: conforme necessidade;

5.6.11. Quantidade de Dias: 03 (três) dias úteis;

5.6.12. Carga Horária: 15 (quinze) horas;

5.6.13. Horário para realização do treinamento: Segunda a sexta-feira 08:00 às 12:00 h e 13:00 às 17:00 h;

5.7. Do Roteiro Teste de Aceitação do Serviço:

5.7.1. Os testes visam comprovar que o sistema proposto pelas classificadas no Pregão Eletrônico atende aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

5.7.2. Os testes serão iniciados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a convocação da empresa classificada em 1º lugar no Pregão.

5.7.3. A SR/PF/RJ reserva-se o direito de alterar a data de realização do teste, divulgando uma nova data com antecedência mínima de 01 (um) dia útil.

5.7.4. Os procedimentos de teste serão efetuados em uma etapa, cuja conclusão determinará a aptidão da LICITANTE para efetivar a assinatura do contrato, salvo impedimentos motivados e aceitos pela SR/PF/RJ. A empresa disponibilizará 02 (dois) módulos embarcados a SR/PF/RJ, para que se proceda o teste das funcionalidades em campo, descritas neste Termo de Referência, tendo duração máxima dos testes de 02 (dois) dias corridos.

5.7.5. Se por causas alheias a SR/PF/RJ, a empresa classificada em primeiro lugar não comparecer no dia e horário marcados para a realização de qualquer uma das etapas do teste, será considerado que a solução proposta não atende às especificações técnicas do presente Termo de Referência e se dará a convocação do segundo colocado do certame, e assim sucessivamente.

5.7.6. Os testes ocorrerão nas Instalações do Núcleo de Transportes da SR/PF/RJ, no seguinte endereço: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Núcleo de Transportes Av. Rodrigues Alves, 1 - 1º Andar - Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP 20081-250.

5.7.7. Condições para o teste:

5.7.8.1. Lote de 02 (dois) módulos embarcados e todos os demais equipamentos necessários para o correto funcionamento dos terminais de comunicação, como: protocolo de comunicação, links, servidores, chips habilitados, antenas, cabos, equipamentos, manuais de operação, etc.

5.7.8.2. A demonstração das funcionalidades deverá ser feita em modo de operação real. Não serão aceitas demonstrações realizadas através de aplicativos de apresentação como PowerPoint e similares ou simulações em aplicativo tipo demonstração.

5.7.8.3. Os testes deverão ser realizados com o sistema proposto real (ambiente de produção), incluindo banco de dados, módulos de comunicação e módulos embarcados, GPS e todos os demais recursos necessários para os procedimentos exigidos no teste.

5.7.8.4. Todas as instalações de software, aplicativos, bancos de dados e hardware, incluindo servidores, equipamentos embarcados e módulos de comunicação, necessários aos procedimentos da prova de conceito, deverão ser providos pela empresa classificada no certame licitatório, sem custos para a SR/PF/RJ.

5.7.8. Condições de Qualificação:

5.7.8.1. A empresa LICITANTE deve comprovar o atendimento, sem exceção, a todos os requisitos e condições apresentadas neste Termo de Referência.

5.7.8.2. A SR/PF/RJ poderá marcar nova apresentação da solução, se assim julgar necessário para certificar-se que aquela atende integralmente aos requisitos exigidos na especificação técnica. A nova apresentação poderá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas após o primeiro teste de aceitação.

5.7.9. Procedimentos de Teste:

5.7.9.1. Durante os testes deverá ser acompanhado o deslocamento dos veículos em tempo real, devendo:

5.7.9.1.1. Realizar o armazenamento dos dados com a interrupção do sinal GPRS, com posterior envio a Central, demonstrando sua efetividade;

5.7.9.1.2. Demonstrar a emissão de relatórios básicos, indicados pela SR/PF/RJ;

5.7.9.1.3. O Núcleo de Transportes expedirá um termo de aprovação ou reprovação do teste de aceitação, assinado pelo seu Chefe, visado pelo Fiscal Administrativo e Ordenador de despesas e o encaminhará para a Administração da SR/PF/RJ para ser incluído no processo do Pregão.

5.8. Da manutenção e Assistência Técnica:

5.8.1. A CONTRATADA deverá se comprometer a executar as manutenções preventivas e corretivas necessárias em condições normais de operação, ajustes no sistema, troca e assistência técnica aos equipamentos e upgrades dos softwares e firmwares sem custos adicionais para a CONTRATANTE pelo período do contrato.

5.8.2. Troca do equipamento de um veículo para outro, caso ocorra transferência ou nova aquisição de veículos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.8.3. A CONTRATADA deverá possuir unidades próprias ou rede de representantes autorizados baseados em todo território nacional, as quais serão responsáveis pela assistência técnica e manutenção dos equipamentos e softwares.

5.8.4. Toda e qualquer intervenção necessária, em hardware ou software, manutenção, adequação, substituição e configuração, objeto deste fornecimento será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para CONTRATANTE.

5.8.5. O Serviço de Atendimento e Suporte ao Cliente deverá estar disponível para atendimento através de sistema web e telefônico, com chamados abertos no regime de 24 (vinte e quatro) horas durante 07 (sete) dias da semana.

5.8.6. Os tempos para solução dos acionamentos do suporte e assistência técnica deverão ser de no máximo 02 (dois) dias úteis, contados a partir abertura do chamado de assistência técnica pela CONTRATADA.

5.8.7. A substituição dos equipamentos necessários ao funcionamento da solução, e que se apresentem defeituosos ou com mau funcionamento, deverá ocorrer no prazo máximo de 48h úteis a contar da solicitação.

5.8.9. Equipamentos que apresentem mais do que 3 (três) falhas durante um período de 365 dias deverão obrigatoriamente ser trocados por outro equipamento novo e sem uso anterior;

5.8.10. Qualquer interrupção programa no sistema de monitoramento da Central da CONTRATADA, que impeça o fornecimento dos serviços previstos neste documento, incluindo monitorar parte ou toda a frota de veículos, deverá ser comunicada com pelos menos 3 (três) dias úteis de antecedência.

5.8.11. Não serão aceitas interrupções superiores a 24 (vinte e quatro) horas durante dias úteis, não podendo ocorrer mais do que 5 (cinco) vezes no ano, sendo estas programadas ou não;

5.9. Acordo de Confidencialidade:

5.9.1. Todas as informações obtidas dentro da execução contratual serão consideradas confidenciais e não poderão ser divulgadas pela CONTRATADA, exceto àqueles funcionários que necessitem delas ter conhecimento mediante assinatura do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS.

5.9.2. Todos os funcionários da empresa que possam vir a ter acesso aos dados relativos aos veículos da frota da SR/PF /RJ devem assinar o TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS, abaixo transcrito e extraído do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012:

"ANEXO I TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS [Qualificação: nome, nacionalidade, CPF, identidade (no, data e local de expedição), filiação e endereço], perante o(a) [órgão ou entidade], declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a: a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo(a) [órgão ou entidade] e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente; b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros; c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e d) não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do (da) [órgão ou entidade], salvo autorização da autoridade competente. Declaro que [recebi] [tive acesso] ao (à) [documento ou material entregue ou exibido ao signatário], e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas. [Local, data e assinatura] [Duas testemunhas identificadas]"

5.9.3. A CONTRATADA deverá entregar a CONTRATANTE todos os TCMS devidamente assinados, antes do início do funcionamento de todo o sistema.

5.9.4. O representante da CONTRATADA também deverá assinar o TCMS;

5.9.5. Os compromissos de sigilo contidos no TCMS perduram mesmo após o encerramento do contrato;

5.9.6. Deverá ser franqueado o acesso a CONTRATANTE pela CONTRATADA, a qualquer momento, às suas instalações, a fim de viabilizar o atendimento ao previsto neste documento;

5.9.7. A CONTRATANTE se reserva ao direito de recusar ou solicitar a remoção completa de acesso de funcionário que a CONTRATADA por ventura tenha permitido o acesso aos dados da CONTRATANTE;

5.9.8. A CONTRATADA deve limitar ao máximo o número de funcionários que possam vir a ter acesso aos dados da CONTRATANTE;

5.9.9. O número de funcionários da CONTRATADA que necessitam ter acesso aos dados da CONTRATANTE não poderá ultrapassar o quantitativo de 10 (dez) funcionários.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

~~OU~~

~~5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo _____ (____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

Justificativa: Quanto ao equipamento, tratando-se o objeto desta contratação de regime de comodato, cuja titularidade do bem permanece com a contratada, torna-se inaplicável sua garantia. Em relação ao serviço, considerando que o único serviço a ser prestado será referente à instalação e/ou substituição do equipamento, o prazo de garantia deve ser aquele geral, estabelecido no código do consumidor.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

~~a. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];~~

~~a) ...~~

~~b) ...~~

~~c) ...~~

OU

~~b. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.~~

Justificativa: O objeto da presente contratação trata de dados sensíveis de polícia judiciária, razão pela qual se torna inaplicável a transição entre empresas privadas. Ademais, se outra empresa, que não a contratada atual, vencer o presente certame, deverá ela passar por todos os testes de aceitação, motivo pelo qual esta contratante verificará se a empresa está apta estruturalmente ao fornecimento do objeto, em quantidade e qualidade.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 6.9. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 6.10. Esta responsabilização não exime as demais penalidades administrativas, civis e criminais;
- 6.11. Não transferir responsabilidades para terceiros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros prestadores de serviço.
- 6.12. Responsabilizar-se pelo fornecimento, instalação, configuração, integração e manutenção dos equipamentos e sistemas.
- 6.13. Todos os requisitos e condições constantes neste documento e seu Anexos revestem-se de caráter obrigatório, devendo a CONTRATADA atendê-los integralmente.
- 6.14. Franquear o acesso a CONTRATANTE, a qualquer momento, às suas instalações, a fim de viabilizar o atendimento ao previsto neste documento;
- 6.15. Ao término do contrato os equipamentos fornecidos, que forem de propriedade da CONTRATADA deverão ser retirados mediante prévio agendamento junto à CONTRATANTE.
- 6.16. Atender prontamente os chamados técnicos da CONTRATANTE, em prazo não superior ao máximo estipulado neste Termo de Referência.
- 6.17. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de segurança de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 6.18. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais, distritais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.
- 6.19. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.
- 6.20. Encaminhar, quando demandado pela CONTRATANTE, toda a base de dados referente ao monitoramento da frota, em formato excel, ou caso não seja viável, em formato Access, para análise e armazenamento interno, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.21. A base de dados do item supra deve ser obrigatoriamente enviada à CONTRANTE ao final da vigência do contrato, além de manter o acesso ao sistema de monitoramento, pelos operadores desta contratante por um período mínimo de 6 (seis) meses, sem ônus, a fim de possibilitar a extração de dados relevantes que possam servir para instrução de processos em andamento.
- 6.22. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 6.23. Devem ser incluídas nestas notificações quaisquer indícios de vazamento, ou vazamentos efetivos, dos dados da CONTRATADA para pessoal não expressamente autorizado.
- 6.24. Tais notificações não podem exceder o prazo de 24 horas contadas a partir da ocorrência ou da constatação do fato.
- 6.25. Disponibilizar suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, por telefone, internet, mensagens SMS, Whatsapp e outros dispositivos, de maneira que interrupções e perda de sinais sejam acionadas e solucionadas nos prazos previstos neste documento.
- 6.26. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 6.27. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

6.28. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

6.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

6.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

6.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

Justificativa: Foram acrescentadas informações adicionais as da AGU, grifadas na cor azul, a fim de abarcar outras situações que possam responsabilizar o preposto, devido ao sigilo dos dados tratados no objeto desta contratação.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

~~6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.18.1. (...)~~

Justificativa: Esta administração entende não ser necessário elencar rotinas adicionais de fiscalização administrativa.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ~~conforme previsto no Anexo XXX, ou~~ outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços ~~ou o disposto neste item.~~

~~7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:~~

~~7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;~~

~~7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou~~

~~7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.~~

7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE... (Fiscais do contrato).

7.3.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.3.4. As medições com vistas ao atesto das faturas serão realizadas mediante a disponibilidade do sistema e de cada equipamento instalado. (Relatórios mensais extraídos do sistema informatizado da empresa contratada).

7.3.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 39 da Instrução Normativa MPOG nº 05, de 2017, quando for o caso.

7.3.6. Itens a serem aferidos com vistas ao atesto da fatura mensal para iniciar processo de pagamento:

7.3.6.1. Acesso Central de monitoramento via internet 24 horas (24/7):

7.3.6.1.1. Meta a cumprir: Nenhuma ocorrência no mês.

7.3.6.1.2. Instrumento de medição: Constatação formal de ocorrências.

7.3.6.1.3. Forma de acompanhamento: Pelo fiscal, através de formalização de registros.

7.3.6.1.4. Periodicidade de aferição: Mensal.

7.3.6.1.5. Mecanismo de cálculo: Verificação de ocorrências registradas no mês de referência.

7.3.6.1.6. Finalidade: Verificar a disponibilização do acesso à Central de monitoramento.

Sem Ocorrências	20 pontos
1 Ocorrência	19 pontos
2 Ocorrências	18 pontos
3 Ocorrências	17 pontos
4 Ocorrências	16 pontos
5 Ocorrências	15 pontos

7.3.6.2. Armazenamento de dados:

7.3.6.2.1. Meta a cumprir: Nenhuma ocorrência no mês.

7.3.6.2.2. Instrumento de medição: Constatação formal de ocorrências.

7.3.6.2.3. Forma de acompanhamento: Pelo fiscal, através de formalização de registros.

7.3.6.2.4. Periodicidade de aferição: Mensal.

7.3.6.2.5. Mecanismo de cálculo: Verificação de ocorrências registradas no mês de referência.

7.3.6.2.6. Finalidade: Verificar o correto armazenamento de dados pelo tempo previsto no termo de referência.

Sem Ocorrências	20 pontos
1 Ocorrência	19 pontos
2 Ocorrências	18 pontos
3 Ocorrências	17 pontos
4 Ocorrências	16 pontos
5 Ocorrências	15 pontos

7.3.6.3. Cobertura nacional:

7.3.6.3.1. Meta a cumprir: Nenhuma ocorrência no mês.

7.3.6.3.2. Instrumento de medição: Constatação formal de ocorrências.

7.3.6.3.3. Forma de acompanhamento: Pelo fiscal, através de formalização de registros.

7.3.6.3.4. Periodicidade de aferição: Mensal.

7.3.6.3.5. Mecanismo de cálculo: Verificação de ocorrências registradas no mês de referência.

7.3.6.3.6. Finalidade: Verificar a disponibilidade do serviço em todo o território nacional.

Sem Ocorrências	20 pontos
1 Ocorrência	19 pontos
2 Ocorrências	18 pontos
3 Ocorrências	17 pontos
4 Ocorrências	16 pontos
5 Ocorrências	15 pontos

7.3.6.4. Instalação dos serviços nas viaturas designadas:

7.3.6.4.1. Meta a cumprir: Nenhuma ocorrência no mês.

7.3.6.4.2. Instrumento de medição: Constatação formal de ocorrências.

7.3.6.4.3. Forma de acompanhamento: Pelo fiscal, através de formalização de registros.

7.3.6.4.4. Periodicidade de aferição: Mensal.

7.3.6.4.5. Mecanismo de cálculo: Verificação de ocorrências registradas no mês de referência.

7.3.6.4.6. Finalidade: Verificar o prazo de instalação dos equipamentos, de acordo com o Termo de Referência.

Sem Ocorrências	20 pontos
1 Ocorrência	19 pontos
2 Ocorrências	18 pontos
3 Ocorrências	17 pontos
4 Ocorrências	16 pontos
5 Ocorrências	15 pontos

7.3.6.5. Quantidade de falhas no mesmo equipamento dentro do período de avaliado:

7.3.6.5.1. Meta a cumprir: Nenhuma ocorrência no mês.

7.3.6.5.2. Instrumento de medição: Constatação formal de ocorrências.

7.3.6.5.3. Forma de acompanhamento: Pelo fiscal, através de formalização de registros.

7.3.6.5.4. Periodicidade de aferição: Mensal.

7.3.6.5.5. Mecanismo de cálculo: Verificação de ocorrências registradas no mês de referência.

7.3.6.5.6. Finalidade: Verificar a quantidade de falhas em um mesmo equipamento dentro de um período, conforme TR.

Sem Ocorrências	20 pontos
1 Ocorrência	19 pontos
2 Ocorrências	18 pontos
3 Ocorrências	17 pontos
4 Ocorrências	16 pontos
5 Ocorrências	15 pontos

7.3.7. Pontuação Total = Soma [(Total Item 1) + (Total Item 2) +(Total Item 3) + (Total Item 4) +(Total Item 5)].

7.3.7.1. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação	Pagamento Devido	Fator de ajuste de nível de Serviço
90 a 100 pontos	100% do valor	1,00
80 a 89 pontos	97% valor	0,97
70 a 79 pontos	95% valor	0,95
60 a 69 pontos	93% valor	0,93
Abaixo de 60 pontos	93% mais multa	0,93*

7.3.7.2. Para uma pontuação abaixo de 80 pontos a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais casos.

7.3.8. Valor devido por Nota Fiscal = [(Valor mensal previsto) X (Fator de ajuste de nível de serviço)].

7.3.8.1. Poderão ocorrer adequações conforme o objeto do respectivo contrato.

Justificativa: Tem-se acima os critérios a serem utilizados no instrumento IMR, anexo a este Termo de Referência.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de(.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. *O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

7.28. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~

~~7.31. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.32. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluindo condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.33. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.33.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.33.2. (...)~~

~~7.34. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.34.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.34.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.35. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.36. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU futura OU documento idôneo).~~

~~7.37. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

Justificativa: Não é aplicável a antecipação de pagamento, devendo o mesmo ser realizado após a prestação de serviço, com a respectiva emissão da nota fiscal.

Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

~~7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.~~

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo ~~[MENOR PREÇO] OU [MAIOR DESCONTO]~~:

Justificativa: O critério de seleção do fornecedor será o de menor preço, vez que este critério é mais objetivo e vantajoso ao objeto desta contratação.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o comodato, que é o empréstimo gratuito de bem não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes.

Justificativa: O regime de comodato é mais vantajoso para a administração, em função da desnecessidade de aquisição da propriedade do bem, cabendo a contratada a responsabilidade pela manutenção do equipamento.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

~~8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº~~

Justificativa: Esta administração entende não haver necessidade de autorização específica para o objeto desta contratação, assim como há, por exemplo, para empresas que realizam atividades controladas pelo Exército, como materiais químicos, armas de uso proibido, dentre outros. Ademais, Cite-se como outro exemplo, as empresas de Stand de Tiros, que dependem de autorização da Polícia Federal para funcionamento, bem como empresas privadas de transportes de valores, as quais são fiscalizadas pela PF.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10 % [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].*

Justificativa: Esta administração entende como razoável o percentual indicado no item 8.25.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.27. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.28. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.29. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

~~8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

~~8.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

Justificativa: Esta administração entende não ser aplicável o subitem 8.30 e 8.30.1.

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Razão social ou CNPJ do emitente;

8.31.1.2. Nome ou razão social, CNPJ e endereço completo da empresa que prestou o serviço;

8.31.1.3. Especificação do serviço realizado;

8.31.1.4. Pronunciamento quanto à qualidade dos serviços concluídos e em relação ao cumprimento das demais obrigações assumidas;

8.31.1.5. Local e data de emissão do atestado de capacidade técnica;

8.31.1.6. Assinatura e identificação do emitente (nome legível, cargo ou função).

Justificativa: Esta administração entende serem suficientes as informações acima transcritas no que tange ao atestado de capacidade técnica.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~8.31.5. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

Justificativa: Quanto ao subitem 8.31.5, esta administração não encontrou legislação aplicável ao objeto desta contratação, razão pela qual a prova de atendimento aos requisitos se darão nos limites deste Termo de Referência e normas gerais aplicáveis a licitações e contratos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

- 8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 447.787,49

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

TOTAL MENSAL (unitário)	ORIGEM PESQUISA DE PREÇOS	ORÇAMENTO INSTALAÇÃO (unitário)	MENSAL monitoramento (unitário)	TOTAL (instalação)	TOTAL (monitoramento)	TOTAL GERAL ANUAL
412	PESQUISA DIRETA	R\$ 890,00	R\$ 125,00	R\$ 66.449,71	R\$ 31.778,15	R\$ 447.787,50
	PESQUISA DIRETA	R\$ 0,00	R\$ 49,00			
	PESQUISA DIRETA	R\$ 100,00	R\$ 99,00			
	PESQUISA DIRETA	R\$ 89,00	R\$ 150,00			
	PNCP	R\$ 0,00	R\$ 19,90			
	PNCP	R\$ 50,00	R\$ 36,46			
	PNCP	R\$ 0,00	R\$ 60,56			
		R\$ 161,29	R\$ 77,13			

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 447.787,49 (quatrocentos e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove reais), conforme custos unitários apostos na [tabela acima]

~~OU [em anexo].~~

~~OU~~

~~9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

Justificativa: Os valores foram obtidos por pesquisa direta com fornecedores do ramo do objeto e mediante pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas. O método estatístico utilizado foi a média aritmética simples, chegando-se aos valores unitário, mensal e anual. Outrossim, o serviço se dará sob demanda e que "o valor da contratação é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviço efetivamente prestados.

~~OU~~

~~9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

Justificativa: Esta administração entende não ser necessário dar sigilo ao custo estimado.

- ~~9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato~~
- ~~9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:~~

~~9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;~~

~~9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, ou~~

~~9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.~~

Justificativa: Não será adotado o procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Justificativa: A Comissão Permanente de Licitação fará constar as informações orçamentárias no edital.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA

AGENTE ADMINISTRATIVO



Assinou eletronicamente em 09/10/2023 às 08:19:34.

MARCOS VINICIUS BARROSO DE OLIVEIRA

ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL



Assinou eletronicamente em 09/10/2023 às 08:20:12.

